

MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E O VELHO DILEMA DA SUPERAÇÃO DA AGRICULTURA ITINERANTE

José Sidnei Gonçalves¹
Sueli Alves Moreira Souza²

1 - INTRODUÇÃO ¹

As transformações da agricultura brasileira, principalmente desde os anos 60, promoveram avanços inquestionáveis e mudanças significativas, conforme expressam as conclusões de numerosa literatura que analisa esse processo. Os indicadores do progresso técnico, medidos pela produtividade da terra, do trabalho e global dos fatores, apresentaram crescimentos vertiginosos, como verifica SILVA (1984), para São Paulo, núcleo a partir do qual irradiou-se a moderna agricultura pelo Brasil. Por outro lado, a modernização teria feito superar os constrangimentos do desenvolvimento da agricultura, levando de roldão os problemas agrários, realizando, sem ação direta do Estado, a reforma agrária distributivista, ainda que persistam desigualdades distributivas crônicas (GRAZIANO NETO, 1996). Muitas visões e análises têm particularizado, seja de maneira localizada, seja no movimento global, a radicalidade das transformações da agricultura brasileira no pós-60.

Essa perspectiva tem tido tão esmagadora aceitação que vários aspectos da problemática agrária brasileira, ou simplesmente desapareceram do debate ou são objeto de preocupações marginais e esparsas. Dado seu conteúdo ideologizado, a reforma agrária constitui-se na mais notável exceção, pois conjuga inúmeros estudiosos e o importante movimento social representado pelo Movimento dos Sem Terra (MST). Para alguns, a modernização do latifúndio teria soterrado a reforma agrária como grande ícone transformador da agricultura. Para outros, a persistência de disparidades crônicas no campo e nas cidades recoloca

a a reforma agrária a todo instante como alternativa para mudanças, rompendo com os determinantes estruturais das desigualdades. Esse debate para alguns significa o abandono das contribuições dos clássicos da questão agrária; para outros, que os temas por eles levantados persistem presentes na realidade atual. Qualquer que seja a abordagem utilizada, não se pode negar que a questão fundiária constitui elemento constitutivo da economia e da sociedade brasileira, determinando um perfil de disparidades crescentes e a fixação do autoritarismo como marca das classes sociais (GONÇALVES, 1993).

Entretanto, olhando para o movimento mais largo da agricultura brasileira e recorrendo-se às constantes revisitas aos diversos autores clássicos, outros pontos mostram-se persistentes na realidade brasileira, ainda que com conformação diferenciada daquela como foram formulados nos anos 60. Muitos deles são simplesmente desconsiderados no debate, ainda que tenham importância vital para o desenvolvimento setorial. **Este trabalho pretende recolocar um deles, a caracterização histórica da agricultura brasileira como uma agricultura itinerante, renovando-se num sucessivo sepultamento produtivo de velhas fronteiras e no nascimento das novas frentes de expansão³.**

³Desde logo é preciso esclarecer o sentido que se dá ao termo agricultura itinerante. Ruy Miller Paiva ao cunhar essa expressão, em 1960, o fez referindo-se às lavouras, incluindo as temporárias e as permanentes. Desse modo, contrapunha o avanço (ou decadência) das lavouras a um movimento contrário das pastagens. Trata-se, de maneira nítida, da percepção do papel da pecuária na economia agrícola brasileira, enquanto atividade extensiva de ocupação de grandes áreas de terras nas frentes de expansão ou nas áreas de colonização não dinâmicas e das antigas áreas abandonadas pelas lavouras nas velhas regiões agrícolas. Dessa maneira, toma-se como pastagem, tal como ainda se mostra muito comum atualmente, tudo aquilo que foi desbravado e não está sendo utilizado como lavoura. Isso, mesmo quando se tem pastagens artificiais, como era o capim gordura antigamente e é a

¹Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciências Econômicas, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Economista, Assistente Técnico de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola.

Com raras exceções, que confirmam a regra, as áreas dinâmicas da agricultura brasileira alteram-se em períodos cada vez mais curtos de tempo, na medida em que estas avançam para novas terras cada vez mais no interior do País, deixando em decadência vastas extensões nas antigas zonas de produção. Procura-se trazer à tona esse tema, tratado por Ruy Miller Paiva nos anos 60, para se discutir o movimento atual de alargamento da fronteira agrícola no Brasil Central e Amazônia, "os novos eldorados", e com isso contribuir para a discussão da perversidade desse processo num país de recursos fiscais escassos e com problemas significativos a exigir somas expressivas de investimentos para solucioná-los.

2 - RETORNO DA AGRICULTURA PARA AS ZONAS VELHAS: A PREOCUPAÇÃO DE RUY MILLER PAIVA NA ENTRADA DOS ANOS 60

A questão do retorno da agricultura às regiões velhas foi colocado por Ruy Miller Paiva em texto escrito em 1959 e publicado em 1960 (PAIVA, 1960). Nessa época, em pleno desenvolvimento do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, que internalizou a indústria pesada brasileira, o Brasil tinha um déficit de recursos da ordem de US\$1 bilhão para o financiamento das importações que eram fundamentais para a continuidade do processo de desenvolvimento. Na visão de Paiva e do próprio Governo, a agricultura era o caminho para se obter essas receitas cambiais adicionais. Entretanto, esse setor não vinha mostrando um ritmo satisfatório de crescimento, como podia ser verificado nos modestos crescimentos da área agrícola, da produção e da renda bruta (PAIVA, 1960).

As causas desse crescimento insuficiente da agricultura estava na prática da agricultura itinerante em que: realizava-se a derrubada das matas; plantavam-se as lavouras aproveitando-se da fertilidade natural dos solos; repetiam-se essas lavouras até o esgotamento do solo; plantava-se pasto ou abandonavam-se as glebas e partia-se em busca de novas terras vir-

braquiária hoje. Ainda que tenha havido mudanças localizadas, essa ainda é a regra da pecuária brasileira que mudou de raça bovina, com a introdução e desenvolvimento do Nelore, mas não alterou substantivamente seus métodos.

gens. Assim, os recursos produtivos deixavam as terras velhas e migravam para novas frentes de expansão, repetindo-se aí processo similar. Na visão de Paiva, à época essa prática da agricultura itinerante encontrava cada vez mais limites maiores, pois "*o fato de caráter mais fundamental é o de não mais dispormos de terras virgens para os agricultores manterem o ritmo de mudanças a que estavam acostumados*" (PAIVA, 1960).

Na visão de Paiva, a fronteira de expansão tinha uma característica de alargar espaço para a agricultura itinerante como podia ser verificado no nomadismo geográfico da agropecuária brasileira que, na segunda metade do século XIX, com o café, iniciou-se no Rio de Janeiro e daí alcançou o Vale do Paraíba paulista, a Mogiana paulista, o sul de Minas, a Zona da Mata Mineira, o norte do Paraná, o Triângulo Mineiro e já atingia o sul de Goiás e o sul de Mato Grosso. No Estado de São Paulo, a área de mato havia caído de 4,1 milhões de hectares em 1940 para 2,8 milhões em 1950, enquanto que, no mesmo período, a área de pasto havia crescido de 6,3 milhões de hectares para 8,6 milhões de hectares, demonstrando a expressividade do processo de derrubada da mata, plantio de lavoura e posterior plantio de pasto. Os números mostram que para uma incorporação de 1,3 milhão de novas terras, o incremento da pastagem foi de 2,3 milhões de hectares, demonstrando a reconversão intensa de lavoura para pastagens (PAIVA, 1960).

Esse quadro ficava mais nítido quando se consideravam as principais regiões cafeeiras, pois nas velhas (Ribeirão Preto, Jaú e Baixa Sorocabana), o número de pés havia caído de 1,2 bilhão para 600 milhões no período 1935-51, enquanto que nas regiões novas (Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana), as plantações dessa rubiácea cresceram de 353 milhões para 439 milhões de pés. Na cotonicultura, importante atividade agropecuária à época, a venda de sementes nas regiões velhas, que fora de 142 mil sacas em 1935, atingira apenas 30 mil em 1948, enquanto que nas novas subira de 162 mil para 446 mil sacas, indicando que, nessa cultura, havia clara preferência pelas terras novas, sendo que 60% da produção provinha do extremo oeste (Presidente Prudente, Adamantina, Santo Anastácio, Votuporanga e Fernandópolis) (PAIVA, 1960).

A população segue esse movimento

crescendo nas zonas novas (Marília e Araçatuba) e decrescendo nas velhas (Araraquara e Jaú), derivada das mudanças na ocupação do solo, pois, em 1947/48, as zonas novas tinham 56,2% da área agrícola com lavouras e 28,1% com pasto e as velhas, 30,8% com lavouras e 40,7% com pasto. Já em 1954/55 nas zonas novas, a área de lavouras representava 31,3% (decrescendo), a de pasto 45,0% (aumentando), e nas zonas velhas, as lavouras atingiam 23,8% numa queda muito acentuada. A reflexão sobre esses dados permitia inferir que: a) nas zonas velhas a área de lavouras era decrescente e muito inferior a de pasto e b) nas zonas novas a deterioração das condições de produção eram mais intensas e em apenas sete anos a área de lavouras começava a declinar (PAIVA, 1960).

A agricultura itinerante, caracterizada nesse processo, encontrava, na visão do autor, limites na disponibilidade de novas frentes de expansão. As terras novas e os meios para fazê-las produzir tinham mais valor que as terras velhas já incorporadas, mas não se dispunha de tantas áreas a ocupar mesmo nos estados limítrofes a São Paulo. A agricultura itinerante também ocorria no norte do Paraná onde as terras férteis já haviam sido ocupadas restando apenas uma parte próxima ao sul do Rio Ivaí, enquanto que no Mato Grosso (excetuando-se uma faixa na zona de Rio Brilhante e Dourados) e no Triângulo Mineiro, não existiam grandes glebas de terras boas; já no sul de Goiás, existia a região de Mato Grosso de Goiás (entre Goiânia e Inhaúmas) e outra próxima a Rio Verde, passíveis de ocupação. Em resumo, *"as áreas existentes, além de não serem muito extensas, não são férteis como as de São Paulo e as do Norte do Paraná"* (PAIVA, 1960).

A resposta para essa realidade, qual seja recompor o cultivo de lavouras nas zonas velhas e perenizar nas zonas novas, para Paiva, estaria na modernização da agropecuária. Afinal, o aumento da produção não podia ser obtido com a agricultura itinerante, e a manutenção do nível de produção exige que se volte às terras velhas e *"o problema desse retorno a zonas velhas resume-se na maior ou menor dificuldade no emprego da agricultura racional e intensiva, pois devido ao desgaste desse solo, não será possível fazer neles outro tipo de agricultura menos técnica"* (PAIVA, 1960). Para ampliar o número de agricultores que praticam a agricultura intensiva seria necessário: a) o domínio da

técnica e a consciência da necessidade de uso; b) recursos financeiros suficientes e c) relação de trocas favorável (PAIVA, 1960).

Os agricultores encontram-se presos a uma herança cultural de cultivo baseado no machado, enxada e fogo, possível no passado, mas imprópria para as terras velhas. Entretanto, os preços agropecuários: a) não acompanham satisfatoriamente o nível geral de preços; b) são instáveis elevando o risco e desestimulando o investimento; c) as relações de troca entre preços recebidos e preços pagos mostram-se insatisfatórias para os agropecuaristas. Assim, as políticas governamentais deveriam atuar nessa realidade procurando baratear insumos com a implementação do crédito rural "facilitado". Isso porque *"o nosso sistema de crédito atende parcialmente suas necessidades de custeio e não lhes facilita o crédito intermediário para aquisição de máquinas, construções de benfeitorias, etc."* (PAIVA, 1960). Essa foi a tônica da política agrícola brasileira no período posterior à metade dos anos 60, resultando em expressivo desempenho modernizante da agropecuária. Mas com isso superou-se o dilema da agricultura itinerante?

3 - ATUAL EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL CENTRAL E NA AMAZÔNIA: NECESSIDADE NACIONAL OU PERSISTÊNCIA DE UMA ANTIGA IRRACIONALIDADE?

Nos anos 80 e 90, num momento histórico, em que a denominada modernização agropecuária já havia se generalizado pelo espaço geográfico ocupado pela agropecuária brasileira, ocorreu uma febre de expansão da fronteira rumo ao Brasil Central, chegando à Amazônia e mesmo ao Extremo Norte com o avanço no Estado de Roraima. As aptidões dessas novas terras para o plantio de grãos em larga escala têm chamado a atenção de numerosos estudiosos nacionais e estrangeiros que pontificam a excelência de uma das últimas fronteiras inocupadas do globo, como afirmam personalidades de renome como o Prêmio Nobel Norman Borlaug (BORLAUG e DOWSWELL, 1996). Trata-se de expansão amparada por inúmeros mecanismos de incentivos fiscais conformando uma estrutura de produção centrada na escala e, por conseguinte, na grande propriedade (GASQUES e YOKOMIZO, 1986) e susten-



tada com base em programas de crédito de investimento dirigido (GONÇALVES e FONSECA, 1995). Essa ocupação da fronteira agrícola vem exigindo enorme esforço governamental na dotação de infra-estrutura, como no caso da construção dos corredores de transporte multimodais (LICIO e CORBUCCI, 1996). A questão que se coloca numa realidade de crise fiscal e de constrangimentos do financiamento do investimento está na justificativa para tal expansão desenfreada: necessidade nacional ou persistência da antiga irracionalidade da agropecuária itinerante que deixa nas velhas regiões a decadência econômica?

A resposta para essa pergunta deve ser obtida na verificação da evolução da área plantada com lavouras⁴ para as mesorregiões e para o Brasil como um todo no período posterior ao início da década de 70. Nas grandes regiões brasileiras, consideram-se o Nordeste, Sul e Sudeste como zonas de ocupação antiga, ou seja, onde a prática de lavouras estabeleceu-se há alguns anos. Ressalte-se que no caso nordestino vem ganhando força a ocupação do oeste da Bahia e do sul do Maranhão, bem como de outras áreas do São Francisco e outros rios regionais com base no plantio irrigado. Esse movimento das lavouras do Nordeste, apesar de importante, não teve força suficiente para reverter o quadro regional. Além dessas regiões de antiga ocupação, verifica-se, nos anos recentes, um alargamento da fronteira agrícola expandindo o plantio de lavouras no Brasil Central e na Amazônia. Essas duas últimas regiões são analisadas aqui em conjunto como um indicador da abertura de novas terras para lavouras, muito embora se considerada a pecuária de corte, o ritmo desse avanço seria muito mais significativo. Entretanto, a pecuária cresce na fronteira agrícola e na retaguarda das antigas áreas de lavoura.

No contexto nacional, a área de lavouras cresceu 44,5% nos anos 70 e 80, tendo saltado de 35,7 milhões de hectares anuais no triênio 1970-72 para 51,6 milhões de hectares

em 1987-89. Trata-se de expansão ocorrida no auge da construção da moderna agricultura cujas bases haviam sido lançadas nos anos 60 e 70 com o crédito rural subsidiado e a internalização da indústria de bens de capital da agricultura. Esse bloco de investimentos concentrados, executados no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), ao montar uma capacidade produtiva com base em plantas industriais modernas, tanto na indústria de bens de capital como de agriprocessamento da agricultura, deu sustentação ao dinamismo expansivo por toda a década de 80, no final da qual se consubstanciam as supersafras de grãos. No início dos anos 90 ocorre uma redução de 11,2% na área de lavouras exatamente no período de crise que caracterizou a entrada dessa década (1990-93), com o que cerca de 5,8 milhões de hectares deixam de ser cultivados, levando a área total a atingir 45,8 milhões de hectares. O período seguinte, que marca recuperação da economia num ambiente de estabilidade com o controle do processo inflacionário, mostra uma recuperação de 4,6% na área de lavouras, com o que esse indicador atinge 47,9 milhões de hectares em 1995-97 (Tabela 1). No geral, portanto, a área agrícola brasileira nos anos 90, apesar da recuperação, ainda se mostra menor em 3,7 milhões de hectares que a observada no fim da década de 80.

Analisando a evolução da área de lavouras na perspectiva regional nota-se que os movimentos foram diferentes nas várias regiões. No Nordeste, no triênio 1970-72, eram cultivados 10,0 milhões de hectares de lavouras correspondendo a 28,0% do total nacional. Esse indicador sofreu acréscimo de 2,4 milhões de hectares (+24,0%) ao atingir o pico de 12,4 milhões de hectares em 1986-88 (24,2% do total). Nos anos seguintes, a área plantada nordestina recua em 2,8 milhões de hectares (-22,6%), alcançando 9,6 milhões de hectares em 1993-95 (20,8% da nacional), recuperando-se a partir de então, com o acréscimo de 1,4 milhão de hectares (+14,6%), fechando o triênio 1995-97 com 11,0 milhões de hectares, cuja representatividade nacional é de 22,9%.

A lavoura nordestina vem passando por intensa transformação nos anos 90 em razão da perda de expressão de culturas tradicionais, como o algodão arbóreo e a cana para indústria, localizadas na Zona da Mata, tradicionalmente ocupada com lavouras, ao mesmo tempo em

⁴As lavouras consideradas compreendem as culturas de cana, café, algodão, amendoim, arroz, banana, batata, cacau, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho, soja, tomate e trigo. O critério de definição das mesorregiões brasileiras acompanha o da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). A análise baseia-se em médias trienais de área cultivada para se evitar distorções conjunturais.

TABELA 1 - Evolução das Áreas de Lavouras, Regionais e Nacional, Brasil, Triênios 1970-72 a 1995-97

Triênio	Nordeste		Sul		Sudeste		Fronteira ¹		Brasil (ha)
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	
1970-72	10.015.644	28,01	12.799.513	35,79	9.971.768	27,88	2.976.341	8,32	35.763.265
1971-73	10.521.061	28,72	13.211.317	36,06	9.810.134	26,78	3.096.384	8,45	36.638.895
1972-74	10.417.310	27,73	14.103.218	37,54	9.718.122	25,87	3.326.086	8,85	37.564.736
1973-75	10.344.722	26,64	15.218.111	39,19	9.642.252	24,83	2.622.432	9,33	38.827.518
1974-76	10.178.918	24,92	16.761.322	41,03	9.698.644	23,74	4.209.393	10,30	40.848.278
1975-77	10.780.463	25,16	17.494.680	40,83	9.814.702	22,90	4.760.563	11,11	42.850.408
1976-78	11.283.193	25,52	17.807.315	40,27	9.973.437	22,56	5.150.373	11,65	44.214.319
1977-79	11.744.019	25,94	18.222.790	40,25	10.026.327	22,15	5.281.841	11,67	45.274.977
1978-80	11.678.520	25,34	18.534.545	40,22	10.237.839	22,21	5.636.262	12,23	46.087.167
1979-81	11.554.944	24,77	18.491.784	39,64	10.582.456	22,68	6.023.384	12,91	46.652.568
1980-82	11.920.706	25,20	17.984.653	38,02	10.932.861	23,11	6.468.137	13,68	47.306.357
1981-83	11.109.698	24,25	17.136.980	37,40	11.063.337	24,15	6.508.839	14,21	45.818.853
1982-84	11.157.476	24,19	16.949.501	36,75	11.171.754	24,22	6.845.368	14,85	46.124.098
1983-85	10.921.027	23,46	16.998.667	36,52	11.429.596	24,56	7.195.344	15,46	46.544.633
1984-86	12.276.246	24,95	17.257.379	35,07	11.759.661	23,90	7.912.230	16,08	49.205.516
1985-87	12.158.519	24,21	17.632.663	35,11	11.919.911	23,73	8.511.326	16,95	50.222.419
1986-88	12.414.584	24,20	17.688.982	34,48	11.966.609	23,33	9.229.563	17,99	51.299.738
1987-89	12.057.233	23,38	17.808.527	34,53	12.057.170	23,38	9.653.706	18,72	51.576.637
1988-90	11.714.468	23,10	17.540.198	34,59	11.991.694	23,65	9.467.226	18,67	50.713.588
1989-91	11.537.602	23,42	16.916.572	34,34	11.989.340	24,34	8.816.774	17,89	49.260.287
1990-92	11.148.011	23,10	16.531.529	34,25	11.803.706	24,46	8.778.234	18,19	48.261.481
1991-93	10.565.319	22,50	16.081.847	34,24	11.494.800	24,48	8.820.832	18,78	46.962.795
1992-94	9.916.500	21,62	16.206.437	35,34	11.571.843	25,23	8.544.803	18,63	45.858.764
1993-95	9.615.342	20,85	16.019.920	34,73	11.372.863	24,66	9.230.880	20,01	46.120.692
1994-96	9.744.952	20,80	15.727.092	33,57	11.119.772	23,74	9.746.819	20,81	46.843.993
1995-97	11.004.912	22,95	15.584.165	32,50	11.217.341	23,39	9.986.349	20,83	47.949.009

¹A Região de Fronteira corresponde à soma das áreas agrícolas das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da FIBGE (FUNDAÇÃO, 1970-97).

que surgem os polígonos irrigados nos vales dos grandes rios, como o São Francisco (essencialmente fruticultura irrigada) e as áreas de expansão do cultivo de grãos, como a soja de Barreiras, o feijão de Irecê no oeste da Bahia e os cultivos do sul do Maranhão⁵. Dessa maneira, no Nordeste, o processo de migração da área de lavouras se mostra presente em função de que as novas zonas de plantio, abertas com base em intensos incentivos fiscais e creditícios estaduais e federais, vêm confirmar a tendência de nomadismo da produção. Esses pólos modernos da lavoura nordestina, que na verdade inclui o norte de Minas Gerais, têm atraído massas de agricultores do Sul e do Sudeste que migram buscando maiores áreas para cultivos de grãos, obtendo ganhos de escala, levando conhecimento tecnológico que alavanca a produtividade regional. Essas novas áreas de terras, baratas em relação às das zonas de ocupação mais antiga com lavouras, são alvo de políticas de construção da infra-estrutura e de substantivos estímulos, em moldes semelhantes aos utilizados no Brasil Central e na Amazônia, o que as caracteriza como

⁵ Para maior nitidez desse movimento das lavouras nordestinas, com base em dados do FIBGE, pode-se verificar que o algodão (arbóreo na sua maior expressão) vinha perdendo área desde o triênio 1964-66 quando atingiu 2,6 milhões de hectares, atingindo 2,3 milhões em 1984-86, desde quando despenca para 433 mil hectares em 1994-96. No Seridó, onde estavam implantados os grandes cultivos de algodão Moco, a reinstalação da pecuária mostra-se clara pela inexistência de outra grande lavoura alternativa. A cana para indústria regional, embora sua área cultivada na Zona da Mata Pernambucana tenha reduzido muito pouco, cerca de 80 mil hectares entre 1984-86 e 1994-96, encontra-se em sérias dificuldades no tocante ao endividamento e consiste numa exceção que confirma a regra: os usineiros conseguiram organizar força política para se protegerem das mudanças, sem o que a realidade seria outra. Sobre a política canavieira ver SZMRECSÁNYI (1979) e RAMOS (1991). Em contrapartida, a soja no Nordeste evoluiu de 72 mil hectares em 1984-86 para 526 mil hectares em 1994-96, e o feijão de 2,4 milhões de hectares em 1984-86 para 2,8 milhões de hectares em 1994-96, nos antigos "gerais" antes considerados impróprios para lavoura, mas que têm se mostrado altamente produtivos na produção irrigada. Note-se que são regiões nordestinas diferentes: uma no Seridó e na Zona da Mata que perdem em conjunto 2,9 milhões de hectares, e outra, no Cerrado Bahiano e Maranhense que ganha 850 mil hectares, ou seja, o fenômeno da migração espacial das lavouras ocorre mesmo dentro do Nordeste, sucateando regiões antes consideradas aptas para lavoura e ocupando outras até há pouco tempo consideradas inaptas. Sobre as frutas nos polígonos irrigados, sua representatividade em área e mesmo em renda ainda é inexpressiva.

uma fronteira de expansão dentro do Nordeste⁶.

A Região Sul representa a de maior área de lavouras no contexto nacional, ainda que tenha perdido representatividade nos anos posteriores a 1980. Em 1970-72 eram plantados 12,8 milhões de hectares com lavouras nas terras sulistas, o que significava 35,8% da área nacional. Os anos 70, com o estímulo dos subsídios ao crédito rural, viveram um intenso incremento com o plantio de 5,7 milhões de hectares adicionais (+44,5%), com o que a área agrícola regional atingiu 18,5 milhões de hectares, ou seja, alcançou 40,2% do plantio nacional. Trata-se de resultado claramente relacionado a esse período áureo da política creditícia, em função de que, com o arrefecimento no uso desse instrumento de intervenção, a área de lavouras do Sul brasileiro reduz-se em 2,9 milhões de hectares (-15,7%) até o triênio 1995-97, somando 15,6 milhões de hectares (32,5% do total nacional). Visualiza-se de forma nítida a perda de dinamismo na expansão das lavouras no Sul brasileiro exatamente quando reduzem-se os estímulos do crédito subsidiado, fazendo com que levas de gaúchos, catarinenses e paranaenses deixem essa região para ocupar as novas terras dos Cerrados do Brasil Central, cujos incentivos são um atrativo para a ocupação colonizadora com base na pecuária e nos grãos. Mas, não somente para o Brasil Central e para as Frentes de Expansão no Nordeste migram os agricultores sulistas, pois, muitos deles se dirigem para a Argentina, Paraguai e Bolívia, também, no encalço de benefícios de políticas favoráveis e terras baratas. Centrada em culturas anuais, como algodão, arroz, soja, milho e trigo, a lavoura sulista sofre mais direta e rapidamente os impactos das mudanças da intervenção governamental, como o fim da política do trigo que, por tabela, afeta a soja ao atingir o binômio trigo-soja; a

⁶ Sobre o crédito rural nos anos 90, trata-se da existência do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) que aplica recursos a taxas de juros menores que as praticadas pelo crédito rural nacional em geral e com rebates de até 40% na correção monetária, conformando subsídios expressivos para o investimento em instalação da capacidade produtiva, pois os prazos e os períodos de carência também são estimuladores. Quanto aos incentivos fiscais, os mecanismos mais comuns estão associados ao diferimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do refinanciamento com base no montante devido desse imposto, além da própria isenção por vários anos. São vantagens expressivas derivadas desse mecanismo de atração de investimento no contexto da denominada "guerra fiscal".

abertura do mercado brasileiro ao algodão importado, que atinge a cotonicultura; e a crise dos orizicultores gaúchos, além da mudança do café paranaense para o Cerrado Mineiro, após as geadas da primeira metade dos anos 70. Tudo isso contribui para a migração da lavoura sulista para outras regiões⁷.

A Região Sudeste representa o núcleo dos principais segmentos da agricultura brasileira, tendo sido a partir dela que irradiou-se o moderno padrão agrário. No geral, a área regional de lavouras cresceu de 10 milhões de hectares em 1970-72, quando representava 23,9% da nacional, agregando 2,0 milhões (+20,0%) para alcançar 12,0 milhões de hectares em 1987-89 (23,4% da brasileira). No período seguinte recua em 0,8 milhão de hectares (- 6,7%) para estabilizar-se em torno de 11,2 milhões de hectares em 1995-97. Essa aparente estabilidade da superfície cultivada com lavouras, na verdade, esconde uma intensa transformação interna à Região Sudeste, uma vez que para esse desempenho, contribuiu o incrível avanço do café no Cerrado Mineiro que, desde a década de 70, passou progressivamente a substituir as plantações do norte paranaense, o que fez de Minas Gerais o

principal Estado cafeeiro nacional, além da expansão da cana para indústria e da laranja para suco cítrico no Estado de São Paulo⁸. Dessa forma, é importante ressaltar que, tal como a soja no norte paranaense, que ocupou as antigas terras de café, a cana para indústria e a laranja expandiram-se em antigas áreas de cafezais ribeirão-pretanas. Essas duas regiões cafeeiras representam a grande exceção à regra, segundo a qual, depois de um ciclo dinâmico centrado numa lavoura importante, as terras abandonadas reconvertem para pastagens. A excelência dos solos, da topografia, do clima e a capacidade empresarial, estruturadas no ciclo cafeeiro, fizeram-nas manter dinamismo ao invés da decadência. Assim, para o conjunto da Região Sudeste continua a prevalecer o movimento de degradação seguido de reconversão para pastagem, com todos os efeitos econômicos e sociais que disso decorre.

A fronteira agrícola, frente de expansão do cultivo de lavouras, localizada no Brasil Central e na Amazônia, vivenciou uma significativa incorporação de área nos anos 70 em diante. Em 1970-72 eram cultivados 3,0 milhões de hectares de lavouras nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o que correspondia a 8,3% da área nacional. No contexto das políticas de subsídio

⁷No caso da Região Sul, as alterações mais bruscas começaram a ocorrer com a decadência do café do Paraná e com os Planos de Erradicação nos anos 60, movimento acirrado com as geadas da metade dos anos 70. Segundo dados da FIBGE, no triênio 1964-66, essa região detinha 1,3 milhão de hectares plantados com café, superfície que se reduziu para 120 mil hectares em 1994-96. Os efeitos não foram mais drásticos pela expansão de cultura alternativa, isto é, a soja, que evoluiu de 418 mil de hectares em 1974-76 para 5,9 milhão de hectares em 1984-86, mas que recuou 500 mil hectares dessa metade dos anos 80 até 1994-96. Ressalte-se que a degradação do solo no norte do Paraná foi significativa e a derrocada das lavouras só não se mostrou mais expressiva pelo extenso programa estadual de microbacias denominado Paraná Rural realizado desde os anos 80 que recuperou a capacidade produtiva de largas extensões de terra (MARTIN, 1996). No Sul, destaquem-se também os casos: a) do algodão que, de 426 mil hectares em 1984-86 (chegou a 700 mil hectares em 1987-89), atingiu 233 mil hectares em 1994-96, sendo que na verdade em 1996 atingiu pouco mais de 60 mil hectares; b) do trigo que recuou 1 milhão de hectares no mesmo período e c) do feijão, que perdeu 170 mil hectares no mesmo espaço de tempo. Excluindo-se o trigo, que ocupava no inverno a área de soja, tem-se desde a metade dos anos 80 a redução de 870 mil hectares de lavouras na Região Sul, sem levar em conta o deslocamento intra-regional como o surgimento de um pólo de feijão moderno no oeste catarinense, da migração do plantio de algodão do Norte Velho (Assaí) para o externo oeste do Paraná (Campo Mourão) e da soja em direção ao noroeste do mesmo estado. Além disso, na realidade sulista, no momento atual, nota-se um acirramento do movimento em direção ao Brasil Central das grandes empresas e cooperativas ligadas às grandes lavouras de grãos e de algodão.

⁸Os deslocamentos espaciais internos à Região Sudeste foram expressivos. O café aumentou de 1,1 milhão, de hectares em 1974-76 para 1,8 milhão em 1984-86, desde quando recua para 1,6 milhão de hectares. Esses números escondem o fato de que a principal zona de expansão cafeeira regional dá-se no Cerrado Mineiro que continua a aumentar a área de cafezais nos anos 90. Por outro lado, sucateiam-se cafezais velhos em outras regiões como a Alta Paulista e mesmo a Alta Mogiana em São Paulo, o mesmo ocorrendo com outras lavouras, dentre as quais: a) o arroz que detinha 1,6 milhão de hectares em 1964-66 alcança 946 mil hectares em 1984-86 e 500 mil em 1994-96; b) o feijão que de 1,2 milhão de hectares na metade dos anos 80 atinge 800 mil em 1994-96; c) o algodão que reduz sua superfície de 472 mil para 214 mil no mesmo período; d) o milho que reduziu 130 mil hectares no mesmo espaço de tempo. Esse movimento só não se mostra nítido no movimento global da área cultivada regional pela expansão da cana para indústria (600 mil hectares entre 1984-86 e 1994-96), da laranja (165 mil hectares no mesmo período) e da soja (232 mil hectares). Ressalte-se, contudo, que esses efeitos são localizados no enorme espaço geográfico mesorregional do Sudeste, pois cana e laranja concentram-se, respectivamente, em Ribeirão Preto e Vale do Paranapanema, em São Paulo, e a soja, nas mesmas regiões paulistas e no Cerrado Mineiro. Desse modo, surgem áreas de clara decadência no Sudeste como o Pontal do Paranapanema (ex-algodão), Alta Paulista (ex-café), sudoeste paulista (perde área de feijão), regiões até recentemente consideradas de cultivos modernos dessas culturas. O Vale do Paraíba continua a esperar desde os anos 60 uma política de ressurgimento de suas lavouras.

ao crédito dos anos 70 e dos reflexos da consolidação do modelo dos grãos na década de 80, essa superfície plantada saltou para 9,6 milhões de hectares em 1987-89, passando a representar 18,7% do total nacional. Trata-se da incorporação pelas lavouras de 6,6 milhões de hectares nessas duas décadas, o que representa um crescimento expressivo da ordem de 220,0%. A crise da entrada dos anos 90 afetou esse processo com o recuo em 1,1 milhão de hectares (-11,5%) na fronteira agrícola que passou a utilizar 8,5 milhões de hectares para as lavouras, ou seja, 18,6% da área brasileira em 1992-94. Importante destacar que esse recuo deu-se em ritmo compatível com o verificado nas demais regiões, pois a participação regional praticamente se manteve⁹. A retomada do crescimento no período posterior reacendeu o dinamismo de expansão de fronteira que incorporou 1,5 milhão de hectares (+17,6%), atingindo o patamar de 10,0 milhões de hectares com lavouras, o que significa 20,8% da área nacional. Convém observar que num período de recuo da área de lavouras em termos nacionais nos anos 90, a fronteira agrícola continuou sua expansão numa clara substituição de áreas nas regiões velhas, ou seja, mais um indicativo da persistência do velho problema do nomadismo da agricultura. Desde o início dos anos 70 a fronteira agrícola cresceu em 7,0 milhões de hectares, numa situação em que a área agrícola nacional avançou em 12,2 milhões. Note-se que quando se visualizam os anos 90, o efeito da expansão sobre as regiões velhas torna-se nítido, indicando o empobrecimento das mesmas. Destaque-se o fato de a expansão

⁹Nota-se que, comparando-se 1992-94 com 1987-89, o recuo na fronteira foi maior que no Sul e no Sudeste. A evolução dos fatos demonstraria que se tratava de ocorrência conjuntural derivada fundamentalmente de medidas do Governo Collor: a) a adoção de preços regionalizados para o óleo diesel, principal combustível tanto para o processo de produção de lavoura mecanizada em escala como para o transporte da produção local, que acabou afetando diretamente a competitividade do produto do Brasil Central; b) os agricultores do Centro-Oeste foram os mais atingidos pelo descompasso entre a correção dos preços e dos juros do financiamento nas medidas tomadas em março de 1990, o que afetou duramente a rentabilidade da lavoura regional; c) o conjunto das duas medidas anteriores acabou afetando diretamente o acesso a fontes de financiamento e piorou a situação de pesado endividamento dos agricultores. Desse modo, há recuo no plantio do Brasil Central no primeiro triênio dos anos 90, tendência revertida com o equacionamento (ainda que parcial) dos problemas acima descritos como foi o caso da securitização da dívida. As safras posteriores a 1994-95 mostram um sentido contrário, retomando os padrões anteriores.

dar-se em região não dotada de infra-estrutura, exigindo significativas somas de inversões públicas numa realidade de crise fiscal, na mesma medida em que são sucateadas precocemente as estruturas constituídas para sustentar a agricultura das regiões velhas, até recentemente dotadas de dinamismo e divulgadas como o berço da modernização da agricultura.

A visualização global do comportamento da área de lavouras no Brasil mostra que do início dos anos 70 ao final dos anos 80 verificou-se uma grande expansão dos plantios com o crescimento expressivo da superfície cultivada. Note-se que exatamente no anos 70, o crédito subsidiado impulsionava a modernização da agropecuária e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) instalava a indústria de bens de capital da agricultura. Sendo assim, o alargamento da fronteira funcionou como criador da demanda de insumos industriais e a expansão da oferta agropecuária foi muito mais extensiva que intensiva. Esse movimento persistiu nos anos 80 quando, a despeito do irregular desempenho da economia (o que caracterizou esse período como "a década perdida"), a agricultura apresentou taxas crescentes de crescimento na contramão dos demais setores econômicos. A crise dos anos 90, entretanto, representou a hora da verdade para esse modelo de desenvolvimento da agricultura, uma vez que a contração da área de lavouras foi expressiva chegando a 4,8 milhões de hectares até 1994-96, ainda que tenha recuperado 1,1 milhão no triênio 1995-97. Grosso modo, essa visão geral parece caracterizar os anos pós-70 como aqueles em que havia sido sepultado o dilema da agricultura itinerante, uma vez que a modernização estaria colocando essa questão cada vez mais como secundária. Contudo, um aprofundamento da análise vem mostrar que a realidade não chancela essa perspectiva, pois, embora modernizada, a agropecuária persiste na sua característica de atividade itinerante, na medida que a área de lavouras recua de forma significativa nos anos 90, queda essa centrada especificamente no Sul brasileiro e nas áreas tradicionais do Nordeste e do Sudeste. A recuperação no último triênio, bem como a própria mudança interna das regiões, dá-se na ocupação das terras de Cerrado, seja o de Minas Gerais, do oeste da Bahia, do sul do Maranhão ou do Brasil Central. Essa ocupação dos Cerrados vem como decorrência do abandono da plantação em regiões tradicionais, com

duas exceções que confirmam a regra: o eixo Ribeirão Preto-Campinas, no Estado de São Paulo, e norte do Paraná, onde a saída do café não se deu pela reocupação com pastagem, mas com novas culturas dinâmicas, no caso a soja, a cana para indústria e os citros para suco. Excetuando-se essas zonas específicas, no restante, a pecuária de corte ou de leite a pasto reocupa as terras agrícolas. Noutras palavras, o desafio da construção da agricultura como atividade permanente persiste a despeito da modernização verificada que não tem impedido o movimento itinerante dessa atividade, com o que as novas zonas se constroem dinâmicas em função da decadência de antigas zonas de lavouras.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a preocupação de Ruy Miller Paiva no início dos anos 60, quando pontificava que uma exigência do desenvolvimento econômico estaria na superação do dilema da agricultura itinerante, apresenta-se muito atual, uma vez que o grande movimento de transformação espacial recente da lavoura brasileira mostra a persistência desse antigo problema. Na visão de Miller Paiva, a modernização da agricultura com a intensificação do uso de insumos modernos e de máquinas agrícolas seria a grande resposta que construiria a agricultura permanente, tanto assim que um pressuposto fundamental de sua análise estaria representado pelo esgotamento das terras férteis passíveis de ocupação. Nas suas colocações encontra-se implícita a visão de que o Cerrado se consistiria em terrenos pobres para o plantio de lavouras. Isso faz lembrar o fato de que os ingleses no século XVIII referiam-se ao Meio Oeste Norte-americano como o "deserto inabitável das Américas". Pois bem, nessa realidade, a base técnica ao evoluir construiu a maior nação agrícola do planeta, progresso esse constantemente elogiado por Miller Paiva que pretendia encaminhar o Brasil no mesmo rumo. Aqui, o progresso da base técnica reproduz processo semelhante, pois a tecnologia de produção de lavouras no Cerrado deu um salto qualitativo brutal após os anos 60 tanto que aquilo que consistia numa limitação à expansão da lavoura para Miller Paiva, foi superado e estima-se que

cerca de 120 milhões de hectares podem ser ainda incorporados ao cultivo no Brasil Central. Esse número representa mais de duas vezes o total da atual área plantada com lavouras em todo o Brasil. Paradoxalmente, a solução de Miller Paiva para o dilema da agricultura itinerante, a modernização agropecuária, não apenas não representou a superação do nomadismo da produção como ampliou de forma expressiva esse processo, possibilitando que terras antes descartáveis fossem tornadas aptas, e mesmo preferenciais, para expansão do plantio, vindo a substituir as antigas regiões na produção.

Se a modernização não representou a superação da agricultura itinerante, então também a prática da agricultura tradicional, sem técnicas modernas, não pode ser tomada como causa desse nomadismo. Qual seria então o fator explicativo desse movimento geral de agricultura itinerante? As razões devem ser buscadas na própria essência da expansão da fronteira agrícola no Brasil, mostrada pelo próprio Ruy Miller Paiva nos anos 50 como caracterizada por um movimento especulativo com terras (PAIVA, 1954). Desse modo, a expansão da fronteira agrícola envolve mais que o simples processo de ocupação de novas terras, uma vez que atraídos por incentivos fiscais e creditícios agricultores do Sul e do Sudeste do Brasil vendem suas terras e partem para comprar glebas maiores a preços mais baratos nas áreas de cerrado. Ressalte-se que para quem não tem nenhuma terra nem acesso a crédito fundiário (inexistente no Brasil até recentemente) qualquer preço representa uma impossibilidade de acesso à propriedade ainda mais quando o Cerrado do Brasil Central exige investimentos de calagem e fosfatagem intensiva bem como de manejo de solo e da água mais apurados para que se obtenha sucesso na lavoura¹⁰. Isso significa que a base técnica e a escala representam uma barreira à entrada de agricultores sem tradição nem capital, ficando para os imigrantes ("paulistas ou gaúchos" como

¹⁰Sobre o processo especulativo verificado na ocupação das fronteiras agrícolas brasileiras, com ganhos expressivos pela aquisição de terras a preços baixos que em seguida seriam valorizadas de maneira expressiva, a literatura sobre o tema revela-se vasta. Ver por exemplo MONBEIG (1984) para a expansão cafeeira paulista, PADIS (1981) para o norte do Paraná, GUARNIERI (1979) para o oeste Paulista e IANNI (1981) para o Brasil Central e Amazônia. Numa perspectiva mais ampla, a especulação com terras no Brasil foi estudada por REYDON (1992) e FERREIRA; SANTOS; CAMARGO (1995).



são chamados) as possibilidades de vencer na Fronteira Agrícola. A ocupação dessas novas terras não apenas substitui as zonas velhas, como retira o melhor de seu material humano bem como passa a exigir recursos públicos em volumes crescentes para fazer frente a construção de infra-estrutura.

As terras da fronteira em ocupação, impulsionadas pelo *boom* das lavouras, valorizam-se rapidamente quando dotadas de moderna infra-estrutura pública, promovendo ganhos patrimoniais expressivos aos seus ocupantes. Resta o questionamento sobre a racionalidade desse processo de expansão, sucateando precocemente a infra-estrutura construída e deixando uma gama de sérios problemas sociais nas regiões velhas como a Alta Paulista, por exemplo, que regride de forma clara, para privilegiar um segmento de agricultores da fronteira. No longo prazo, esse processo se sustenta? Certamente não, pois recursos escassos distribuídos de forma regressiva para as grandes lavouras do Brasil Central já se constituem num problema que se torna mais grave quando esses

mesmos recursos forçam a decadência de zonas de produção antes dinâmicas do Sul e do Sudeste, e até mesmo do Nordeste¹¹. A agricultura brasileira continua sendo uma agricultura itinerante, mesmo moderna, tendo inclusive ultrapassado a fronteira nacional com a ocupação de áreas da Argentina, do Paraguai e da Bolívia. Nada indica que isso seja racional como projeto nacional.

¹¹Uma informação que chama a atenção está no fato de que a Fronteira Agrícola paulista, considerada esgotada, na verdade tem amplas possibilidades de realocação na composição de culturas. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), a área agrícola do Estado de São Paulo tem ficado em torno dos 18,0 milhões de hectares desde os anos 70. Desses, 11,0 milhões são terras ocupadas com pastagens, 1,0 milhão com reflorestamento e 6,0 milhões com lavouras (GONÇALVES et al., 1990). A substituição de pastagens por lavouras representa uma necessidade imperiosa para São Paulo gerando emprego e renda, bastando para isso políticas específicas que alavanquem a expansão de lavouras como se mostra o caso recente da expansão canavieira, impulsionada pelo Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). No extremo oeste paulista existem vastas extensões de terras planas aptas à ocupação com lavouras, em região já dotada de infra-estrutura, com menores custos para o Tesouro do Estado que as do Brasil Central.

LITERATURA CITADA

- BORLAUG, Norman E.; DOWSWELL, Christopher R. **As terras ácidas**: uma das últimas fronteiras da agricultura. São Paulo: Manah, 1996. 28p.
- FERREIRA, Célia R. R. P. T., SANTOS, Zuleima A. P. de S.; CAMARGO, Ana M. M. P. de. Mercado de terras agrícolas no Brasil, 1981-93. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.42, t.2, p.167-193, 1995.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro, 1970-97.
- GASQUES, José G.; YOKOMIZO, Cláudio. Resultados de 20 Anos de incentivos fiscais na agropecuária da Amazônia. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 14. Brasília: ANPEC, 1986. v.2. p.47-84.
- GONÇALVES, José S. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. **Informações Econômicas**, SP, v.23, n.8, p.23-33, ago. 1993.
- _____; FONSECA, Maria da Graça D. Crédito estatal e o investimento na produção agropecuária: análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR). **Agricultura em São Paulo**, SP, v.42, t.3, p.53-115, 1995.
- _____, et al. Mudanças na composição da área cultivada no estado de São Paulo e suas regiões agrícolas, 1970/72 a 1987/89. **Informações Econômicas**, SP, v.20, n.12, p.69-92, dez. 1990.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária?** terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração *Informações Econômicas*, SP, v.28, n.4, abr. 1998.

E d i t o r i a l ,
1996. 115p.

GUARNIERI, Laura C. **Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura.** Campinas: UNICAMP/IFCH, 1979. 213p. Dissertação de Mestrado.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 235p.

LICIO, Antonio M. A.; CORBUCCI, Regina. A agricultura e os corredores de transporte multimodais. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.5, n.2, p.22-36, 1996.

MARTIN, Nelson B. Manejo de microbacias: o caso do Paraná rural. In: LOPES, Ignez V. et al. **Gestão ambiental no Brasil:** experiência e sucesso. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.239-264.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. Curitiba: Hucitec, 1981.

PAIVA, Ruy Miller. **Problemas da agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: MA/SIMA, 1954. 122p. (Estudos Brasileiros, 7).

_____. Retorno da agricultura de São Paulo para as Zonas Velhas: fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do País. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.7, n.9, p.1-22, set. 1960.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canvieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo: FGV/EAESP, 1991. 331p.

REYDON, Baastian P. **O mercado de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil:** um estudo de casos. Campinas: UNICAMP/IE, 1992. Tese de Doutorado.

SILVA, Gabriel L. S. P. da. **Produtividade agrícola, pesquisa e extensão rural.** São Paulo: USP/IPE, 1984. 143p. (Ensaio Econômico, 40).

SZMRECSÁNYI, Támas. **O planejamento da agroindústria canvieira do Brasil (1930-1975).** São Paulo: HUCITEC, 1979. 540p. (Teses e Pesquisas).

MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E O VELHO DILEMA DA SUPERAÇÃO DA AGRICULTURA ITINERANTE

SINOPSE: *O trabalho recoloca no debate uma questão formulada por Ruy Miller Paiva no início dos anos 60 como fundamental ao desenvolvimento econômico brasileiro, qual seja o dilema da superação da agricultura enquanto atividade itinerante. Para esse autor, a modernização setorial, com o uso de insumos industriais e de máquinas modernas, seria a solução para a construção da agricultura enquanto atividade permanente. Modernizada a agricultura, nota-se, entretanto, que o nomadismo dos segmentos dinâmicos persiste, inclusive magnificado, na ocupação recente do Brasil Central e da Amazônia.*

Palavras-chaves: *agricultura itinerante, desenvolvimento econômico, desenvolvimento agrícola, fronteira agrícola.*



**THE BRAZILIAN CATTLE RAISING AND AGRICULTURAL PRODUCTION MODERNIZATION
AND THE OLD DILEMMA OF OVERCOMING ITINERANT AGRICULTURE**

ABSTRACT: *This work sheds new light on the issue put forward by Ruy Miller Paiva in the beginning of the 60's, considered a key aspect of the Brazilian economic development, that is, the dilemma of overcoming agriculture as an itinerant activity. According to Paiva, modernizing the sector by means of modern industrial machinery and inputs would be the solution for the construction of agriculture as a permanente activity. Once modernized, it is noted however, that the nomadism of the dynamic segments persists, even magnified, in the recent occupation of Central Brazil and the Amazons.*

Key-words: *Itinerant agriculture, economic development, agricultural development, agricultural border.*

Recebido em 10/03/98. Liberado para publicação em 01/04/98.

✎ +